



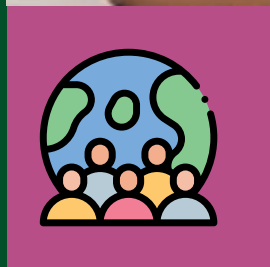
FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



SAÚDE, EDUCAÇÃO E GÊNERO

*Curso Técnico em Gestão de
Desenvolvimento Sustentável*

Projeto Amazonas Sustentável

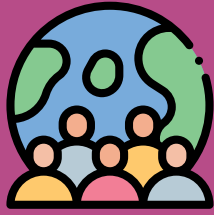


Apoio:



Parceria:







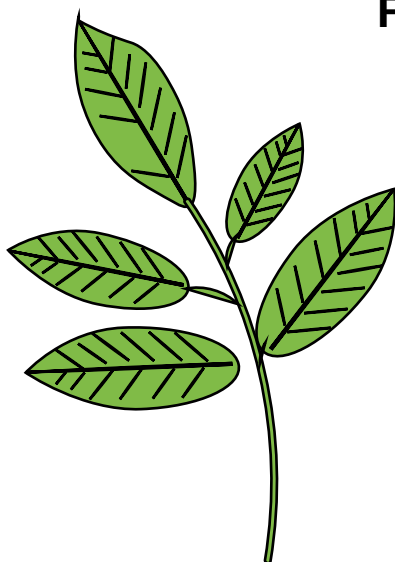
SAÚDE, EDUCAÇÃO & GÊNERO

*Curso Técnico em Gestão de
Desenvolvimento Sustentável*

Projeto Amazonas Sustentável

2021

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)



Parceria



FICHA TÉCNICA

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Superintendência

Virgílio Viana - Superintendente Geral

Valcléia Solidade - Superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades

Victor Salviati - Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional

Luiz Villares - Superintendente Administrativo-Financeiro

Michelle Costa - Superintendente de Gestão e Planejamento

Projeto Amazonas Sustentável (PAS)

Coordenação geral - Gil Lima

Saúde, Educação e Gênero

Texto - Aline Rubens

Revisão - Gracy Oliveira

Projeto gráfico - UP Comunicação e Ana Paula Pimenta

Cartilha produzida como parte integrante do módulo de “Saúde, Educação e Gênero”, do Curso Técnico em Gestão do Desenvolvimento Sustentável, desenvolvido pela FAS, em parceria com a Petrobras, com o apoio do Cetam.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saúde, educação e gênero [livro eletrônico] /
Fundação Amazônia Sustentável. -- Manaus, AM :
Fundação Amazônia Sustentável, 2021.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-89242-49-9

1. Educação - Amazônia 2. Igualdade de gênero
3. Igualdade social 4. Políticas públicas
5. Políticas sociais 6. Saúde escolar 7. Saúde
pública 8. SUS (Sistema Único de Saúde) I. Fundação
Amazônia Sustentável.

21-89032

CDD-351

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Saúde e educação : Políticas sociais :
Administração pública 351

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

ÍNDICE

Introdução **06**

07 Políticas Sociais de Saúde e Educação no Brasil

Programa Saúde na Escola (PSE) **07**

09 O que é saúde?

Sistema Único de Saúde **10**

11 Doenças Sexualmente Transmissíveis e as medidas preventivas

Educação **12**

14 Gênero

REFERÊNCIAS **16**



1. Introdução

Atualmente, no Brasil, a mais relevante ação de política pública no contexto **‘Saúde, Educação e Gênero’** aconteceu por meio do Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE).

A partir daí foram desenvolvidas estratégias para promover a educação como um conceito que compreende a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar.

O principal objetivo do PSE é a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.

Nesta cartilha, estão as principais diretrizes do programa, a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da saúde pública nacional, além de conceitos e reflexões sobre as questões de gênero, pertinentes ao pensamento contemporâneo.



Fonte: Freepik.com

2. Políticas Sociais de Saúde e Educação no Brasil

No Brasil, os conteúdos relacionados à saúde e à educação escolar como componente curricular estabeleceram-se, somente em 1971, com a Lei nº 5.692/71. Depois, na década de 90, as práticas de educação em saúde ganharam espaço, principalmente, pela influência da concepção de Escolas Promotoras da Saúde (EPS) (VALADÃO, 2004).

Contudo, o marco mais recente entre as ações governamentais voltadas para a educação em saúde é o Programa Saúde na Escola (PSE) que entrou em vigor em 2008.

3. Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE se propõe a consolidar um novo desenho de política de educação e saúde ao tratar de forma integral esses dois eixos. A escola é a área institucional deste encontro, ou seja, é o espaço para convivência social e para o estabelecimento de relações que promovam saúde, pelo viés da educação integral.

Nesse sentido, a educação integral compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. O PSE apresenta cinco componentes:

- Avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola;
- Promoção da saúde e de atividades de prevenção;
- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação e saúde e de jovens;
- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes;
- Monitoramento e avaliação do programa.

Para isso, foi desenvolvido de forma articulada o Programa Saúde na Família (PSF) do governo federal.

Os objetivos do PSE estão no Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE) e deu outras providências, conforme citação a seguir:

Art. 2º - São objetivos do PSE:

- I -** promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- II -** articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- III -** contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
- IV -** contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- V -** fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- VI -** promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes;
- VII -** fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo (BRASIL, 2007, p. 1).

Segundo o MEC (2013), os públicos-alvos do programa são estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos.

4. O que é saúde?

Ter saúde é o maior bem de uma pessoa. Mesmo sem perceber em sua plenitude, na maior parte das vezes, apenas a identificamos quando adoecemos.

Ouvir o próprio corpo é uma boa estratégia para assegurar a saúde com qualidade, pois não existe um limite preciso entre a saúde e a doença, mas uma relação de reciprocidade entre ambas. Os mesmos fatores que permitem ao homem viver (alimento, água, ar, clima, habitação, trabalho, tecnologia, relações familiares e sociais) também podem causar doenças.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não, simplesmente, a ausência de doenças ou enfermidades.

No Brasil, a Constituição Federal, no artigo nº196, reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas para a redução do risco de doença e de consequências mais graves. O texto da Lei ainda afirma que o acesso à saúde deve ser universal e igualitário.



A saúde é um componente da qualidade de vida e um direito social. Foto: Freepik.com

5. Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil é o maior sistema público de saúde do mundo. Proporciona acesso gratuito, universal e integral a todos, brasileiros ou não, em território nacional.

Com sistema integrado nos níveis federal, estadual e municipal, o SUS permite um atendimento amplo, tanto em termos de alcance populacional quanto em termos de serviços de saúde, desde atenção básica e saúde da família até cirurgias de alto risco, como transplantes.

Além de serviços de baixa, média e alta complexidade, o SUS também atua na vigilância epidemiológica e sanitária, assistência farmacêutica, atenção hospitalar, serviços de urgência e emergência, distribuição gratuita de medicamentos e pesquisas na área da saúde.

Outro ponto extremamente importante é o protagonismo que o SUS confere à prevenção de doenças. A maneira como o SUS é desenhado e operacionalizado permite que haja controle sanitário para antever e evitar surtos epidêmicos, além de realizar diagnósticos antecipados de crises e promover campanhas de informação, imunização e ações preventivas.

Também tem efetiva condição de monitorar as ações de saúde, avaliá-las e aperfeiçoar as políticas públicas.



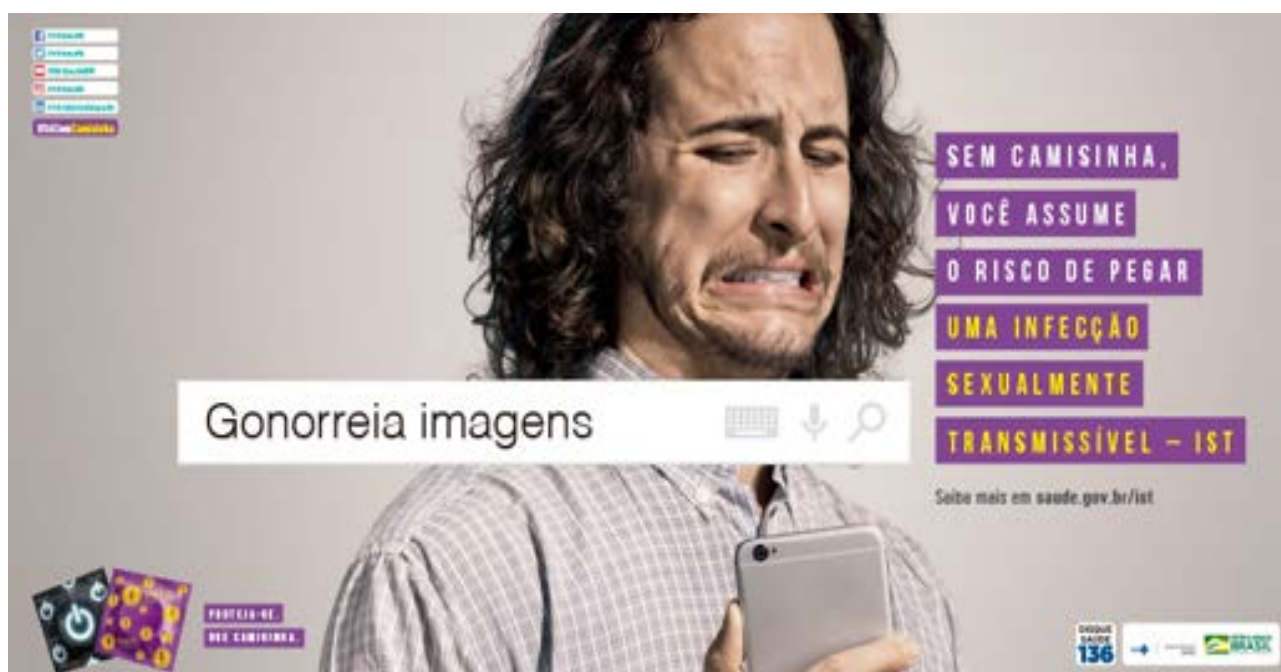
O Brasil é o único País com mais de duzentos milhões de habitantes que oferece serviço de saúde gratuito a toda população. Foto: Freepik.com

6. Doenças Sexualmente Transmissíveis e as medidas preventivas

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são causadas por vírus, bactérias ou outros micróbios que são transmitidos, principalmente, por relações sexuais, sem o uso de preservativo.

Algumas ISTs podem não apresentar sintomas, tanto no homem quanto na mulher. Essas infecções, quando não diagnosticadas e tratadas a tempo, podem evoluir para complicações graves, como infertilidades, câncer e até a morte.

Usar preservativos em todas as relações sexuais (oral, anal e vaginal) é o método mais eficaz para a redução do risco de transmissão das ISTs, em especial do vírus da Aids, o HIV.



Muitas campanhas foram promovidas para disseminar a importância do uso de preservativos

7. Educação

Para Paulo Freire, o principal teórico na área da educação do País, há duas definições de educação: uma geral e outra específica.

A educação geral diz que educação é uma concepção filosófica e/ou científica acerca do conhecimento colocada em prática.

A educação específica é um processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade. A definição de educação específica de Freire (2003, p.40). é: “educação é o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana”.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional e determina que a educação brasileira seja dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior.

7.1 Educação básica:

Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos)
– É gratuita, mas não obrigatória. É de competência dos municípios.

Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito. A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental. Na prática, os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais.

Educação Médio – o antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano). É de responsabilidade dos Estados. Pode ser técnico profissionalizante ou não.

7.2 Ensino Superior:

É de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe à União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior

7.3 Modalidades de Educação

A educação brasileira conta ainda com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis da educação nacional. São elas:

Educação – Atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Educação a distância – Atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

Educação Profissional e Tecnológica – Visa preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.

Educação de Jovens e Adultos – Atende as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

Educação Indígena – Atende as comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo.



Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), existem diferentes modalidades de Educação para atender cada demanda específica da população brasileira.

Foto: Freepik

8. Gênero

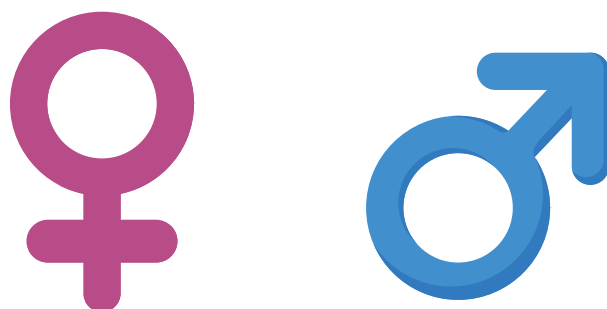
A palavra “gênero” começou a ser utilizada nos anos 80, por vozes feministas para explicar a desigualdade entre homens e mulheres. Nessa época, as investigações sobre a condição social das mulheres já apontavam uma forte desigualdade, que tendia a aumentar, conforme a classe social, raça, etnia e outros fatores.

O conceito de gênero sempre vai estar relacionado a indivíduos ou a uma categoria deles com semelhanças em condições sociais atribuídas às diferenças entre os sexos.

“Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”
– Scott, 1995.

No texto acima, Scott define o conceito de forma a incorporar a assimetria atribuída aos sexos e ao gênero, e, portanto, a noção de que as relações de gênero são relações de poder.

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Assim, gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo, não a características naturais.



O gênero é performático e múltiplo, é ação e não identidade ou totalidade, e está associado a outros vetores de distinção como classe, etnia e geração. E, finalmente, as diversidades intracategorias revelam tanto quanto aquelas entre categorias, o que politicamente leva às coalizões por afinidades e não por identidades, de forma a superar as matrizes identitárias totalizadoras (HARAWAY, 2000; BUTLER, 1990).

A expressão gênero vem, paulatinamente, se incorporando nos instrumentos normativos internacionais e na legislação dos países. No Brasil, foi introduzida na Convenção de Belém do Pará (Decreto n. 1.973, de 01/08/1996), para esclarecer o conceito de violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero.

8.1 Identidade de gênero

Como o próprio nome indica, identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica. É independente do sexo (ou seja, das características biológicas), está relacionada à identificação de uma pessoa com o gênero masculino ou feminino.

A identidade de gênero pode ser feminina, masculina, trans (mulher trans e homem trans), não binária (que não é masculino e nem feminino).

Dentro dessa amplitude de gêneros, o que antes era designado como opção sexual, atualmente é designada como orientação sexual. Existem diferentes formas de orientação sexual. As mais comuns são: Heterossexual, sente atração por pessoa do gênero oposto ao seu; Homossexual, sente atração por alguém do mesmo gênero; Bissexual, sente atração por gêneros masculino e feminino; Pansexual, sente atração por outras pessoas, independente do gênero ou orientação sexual (gay, hétero, bi, transgênera, não binária); Assexual, não sente nenhum tipo de desejo ou atração sexual.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, ELA. Gênero. **Dicionário de Direitos Humanos, 2006**. Disponível em < <https://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Gênero> >. Acesso em 16.11.2021.

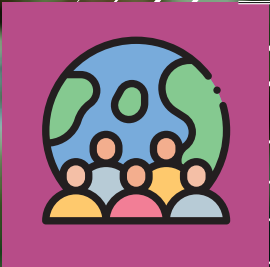
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (Brasil). **Apostila componente curricular: Saúde, Educação e Gênero**. Manaus, 2021.

Gênero: Você entende o que significa? **Politize, 2021**. Disponível em < <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/> >. Acesso em 17.11.2021.

Orientação sexual e identidade de gênero – entenda! **Vida saudável – o blog do Einstein**. Disponível em < <https://vidasaudavel.einstein.br/orientacao-esexual-e-identidade-de-genero-entenda/> >. Acesso em 16.11.2021.

Pacievitch, Thais. Lei Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em < <https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/> >. Acesso em 17.11.2021.

Programa Saúde na Escola. **Portal Ministério da Educação, 2009**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas> >. Acesso em 17.11.2021.



Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Criada em 2008, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Reconhecida como uma entidade de assistência social, a FAS trabalha para garantir direitos de populações tradicionais por meio de projetos produtivos de base sustentável e de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Fundação foi criada a partir de uma parceria entre diversas instituições, entre elas a Petrobras. Vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as ações abrangem as escalas global, amazônica e local, focando nos seguintes eixos: saúde, educação e cidadania, empoderamento comunitário, geração de renda, infraestrutura comunitária, conservação ambiental, gestão e transparência, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A FAS contribui para a conservação ambiental da Amazônia, valorizando a floresta em pé e o bem-estar de comunidades ribeirinhas, com implementação e disseminação de conhecimentos que visem o desenvolvimento sustentável. O objetivo é se transformar em uma referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé, do empoderamento comunitário e da ampliação e fortalecimento de parcerias.

Missão

Contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.

Visão

Ser referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade, do empoderamento comunitário e da ampliação e do fortalecimento de parcerias.

Confira os programas da FAS:

Programa de Gestão e Transparência (PGT)	Por meio de mecanismos e instâncias de gestão, o PGT atua junto à comunidade interna, com planejamento e avaliação de resultados de programas e projetos.
Programa Floresta em Pé (PFP)	O PFP está focado em quatro ações estratégicas: geração de renda, empreendedorismo, infraestrutura e empoderamento comunitário.
Programa Saúde na Floresta (PSF)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazônia, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES)	Os trabalhos do PES são voltados à formação de crianças e adolescentes, garantindo oportunidades para uma educação mais inclusiva e de qualidade.
Programa de Soluções Inovadoras (PSI)	Com base em tecnologias sociais e soluções para a sustentabilidade desenvolve-se o PSI, cujos trabalhos focam em parcerias técnicas em PD&I.
Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis (Pensa)	O PENSA auxilia empreendedores de comunidades ribeirinhas e indígenas com incubadora, cursos, oficinas e consultorias para gerir negócios inovadores e acessar créditos.



Contato:

Manaus / Amazonas

Rua Álvaro Braga, 351 Parque 10 | CEP 69054-595 |

(92) 4009-8900 / 0800 722-6459

fas@fas-amazonas.org | fas-amazonia.org



/fasamazonia

Parceria:

